STJ00104303

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

O NOVO PROCESSO CIVIL

3ª edição
revista,
atualizada
e ampliada

Atualizado com a **Lei 13.256/2016**

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00104303

Diretora Responsável
Marisa Harms

Diretora de Operações de Conteúdo
Juliana Mayumi Ono

Editores: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

Assistentes Administrativos Editoriais: Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção, Qualidade Editorial e Revisão
Coordenação
Luciana Vaz Cameira

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Estagiários: Larissa Gonçalves de Moura e Sthefany Moreira Barros

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecilia Andreo e Mayara Crispim Freitas

Capa: BE/ON Comunicação

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Caio Henrique Andrade

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme
O novo processo civil / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-203-7272-2

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

17-02330 CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Direito processual 347.9(81) 2. Brasil: Processo civil 347.9(81)

1094024

STJ00104303

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES 9

APRESENTAÇÃO 11

PARTE I
ENTRE IDEOLOGIA E DOGMÁTICA: O COMPROMISSO COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E COM A TUTELA DOS DIREITOS

1. O PROCESSO CIVIL CLÁSSICO: A INFLUÊNCIA DOS VALORES DO DIREITO LIBERAL 25
   - 1.1. O papel reservado ao juiz pelos valores da Revolução Francesa 25
   - 1.2. O formalismo interpretativo e a "declaração exata do sentido da lei" 25
   - 1.3. A tarefa meramente declaratória do juiz e a classificação trinária das sentenças 26
   - 1.4. O valor da não interferência do Estado diante dos particulares sobre a impossibilidade de o juiz dar ordens 27
   - 1.5. O princípio da tipicidade dos meios executivos como garantia da liberdade 28
   - 1.6. A "neutralidade" do juiz e a proibição das tutelas fundadas em "verossimilhança" ... 30
   - 1.7. A ênfase à ampla defesa e a obstaculização da tutela de verossimilhança 31
   - 1.8. A regra da *nulla executio sine titulo* como justificativa técnico-jurídica da impossibilidade de o juiz julgar com base em verossimilhança 32

2. A "NEUTRALIDADE" DO PROCESSO 35
   - 2.1. A influência da escola sistemática 35
   - 2.2. A confusão entre autonomia do direito processual civil e neutralidade do processo em relação ao direito material 37
   - 2.3. A indiferença pela desigualdade das posições sociais e dos bens 38
   - 2.4. A repercussão dos valores da economia liberal sobre a suficiência da tutela pelo equivalente 39

STJ00104303

2.5. A sentença condenatória como mecanismo "igualizador" das diferentes necessidades do direito material 42

3. A INFLUÊNCIA DA UNIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ILICITUDE E DA RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE O PROCESSO CIVIL 43

3.1. Introdução 43

3.2. A função do processo de conhecimento clássico. Sua insensibilidade para a necessidade de tutela preventiva 46

3.3. A dita função preventiva da ação declaratória, o liberalismo clássico e a escola sistemática 47

3.4. A inidoneidade do processo civil para a prestação da tutela ressarcitória na forma específica 49

3.5. A inadequação da ação cautelar para a prestação das tutelas contra o ato contrário ao direito (inibitória e de remoção do ilícito) 50

4. A EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 53

4.1. O Código Buzaid 53

4.2. Ideologia e processo civil 55

4.3. A rebelião da prática contra o processo civil. A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada 59

4.4. Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil 61

4.4.1. Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da *regra da nulla executio sine titulo* 61

4.4.2. A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo 63

4.4.3. O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva 65

4.4.4. A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução 67

4.4.5. Das "tutelas jurisdicionais diferenciadas" à "construção da ação adequada ao caso concreto" 69

4.4.6. O "critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais" como meio para a análise crítica do tecido normativo 73

4.4.7. Os precedentes obrigatórios 74

STJ00104303

4.4.8. A teoria da tutela dos direitos 77
4.4.9. O processo civil do Estado Constitucional 82

PARTE II
OS INSTITUTOS E AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL

1. JURISDIÇÃO 87
1.1. A jurisdição nas teorias clássicas 87
1.2. A ideia de pacificação social 89
1.3. O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica 89
1.4. Significado da norma jurídica editada pelo juiz 92
1.5. A justificativa da norma "judicial" 94
1.6. Legitimidade da norma "judicial", em especial da que afirma direitos fundamentais... 97
1.7. Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito 101
1.8. Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas 104
1.9. Justificativa de uma jurisdição de precedentes 110
1.10. O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos 113

2. AÇÃO 117
2.1. A ação na história das doutrinas 117
2.2. A ação no Código de 2015 121
2.3. Direito fundamental de ação 124
2.3.1. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva 124
2.3.2. O conteúdo do direito fundamental de ação 126
2.3.3. A ação em perspectiva dinâmica 130
2.3.4. Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial 131
2.4. O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto 134
2.4.1. A ação diante do escopo de tutela dos direitos 134
2.4.2. As tutelas jurisdicionais dos direitos 135

STJ00104303

2.4.3. A influência da tutela do direito sobre a ação 142
2.4.4. Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito 145
2.4.5. Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos 147
2.4.6. O direito à construção da ação adequada ao caso concreto 150
2.4.7. Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito 151

3. DEFESA 155
3.1. Defesa e jurisdição 155
3.2. Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça 155
3.3. Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz 155
3.4. Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva 156
3.5. Restrição às alegações de defesa 156
3.6. Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova 158
3.7. Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito 159
3.8. Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz 160
3.9. Defesa *versus* ação diante do legislador e no caso concreto 161

4. PROCESSO 163
4.1. Da ideia de contrato à relação jurídica processual 163
4.2. A crise da relação jurídica processual 165
4.3. Processo e procedimento 166
4.4. O processo no Estado constitucional 168
4.5. Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo 169
4.6. Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda 170
4.7. Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito 170

5. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 173
5.1. Normas fundamentais 173
5.2. Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva 174
5.3. Dever de boa-fé 179
5.4. Colaboração no processo civil 180

STJ00104303

5.5. Direito à igualdade e à paridade de armas 184

5.6. Direito ao contraditório 186

5.7. Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo 190

PARTE III
A TUTELA DOS DIREITOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A UNIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONHECIMENTO E DE EXECUÇÃO

1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS 193

2. PROCEDIMENTO COMUM 199

3. FASE POSTULATÓRIA 207

3.1. Petição inicial 207

3.1.1. Requisitos 208

3.1.2. Emenda 221

3.1.3. Indeferimento 222

3.1.4. Improcedência liminar 223

3.1.5. Deferimento 225

3.2. Audiência de conciliação ou de mediação 225

3.3. Atitudes do réu 227

3.3.1. Contestação 228

3.3.2. Reconvenção 233

3.3.3. Revelia 236

3.4. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência 241

4. FASE ORGANIZATÓRIA 263

4.1. Organização do processo 263

4.2. Julgamento conforme o estado do processo 267

5. FASE INSTRUTÓRIA 273

5.1. Prova 273

5.1.1. Objeto da prova 274

5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio 275

STJ00104303

5.1.3. Ônus da prova 277
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova 282
5.1.5. Poder probatório do juiz 284
5.1.6. Prova emprestada 285
5.1.7. Fases do procedimento probatório 287
5.1.8. A prova indiciária 289
5.1.9. A prova e a ação inibitória 290
5.1.10. A obtenção antecipada de prova 291
5.2. Provas em espécie 296
5.2.1. Prova oral 296
5.2.1.1. Depoimento pessoal 296
5.2.1.2. Confissão 299
5.2.1.3. Prova testemunhal 305
5.2.2. Prova documental 310
5.2.2.1. Definição 310
5.2.2.2. Incidente de arguição de falsidade documental 320
5.2.2.3. Exibição de documento ou coisa 321
5.2.3. Ata notarial 324
5.2.4. Prova pericial 325
5.2.5. Inspeção judicial 330
5.3. Audiência de instrução e julgamento 331

6. FASE DECISÓRIA 335
6.1. Sentença 335
6.1.1. Conceito e função 335
6.1.2. Sentença, decisão e justificação 339
6.1.3. Elementos essenciais 341
6.1.4. Congruência, pertinência e preclusão 347
6.1.5. Classificação 351
6.2. Técnica processual e tutela dos direitos 364
6.2.1. Tutela específica 368
6.2.2. Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória 371

7. FASE DE CUMPRIMENTO 389
7.1. Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução 389

STJ00104303

7.1.1. Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória ... 389

7.1.2. A *regra da nulla executio sine titulo* ... 389

7.1.3. Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas ... 391

7.2. Princípios fundamentais da execução ... 396

7.3. Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais ... 405

7.3.1. Execução direta e execução indireta ... 405

7.3.2. Execução frutífera e execução infrutífera ... 406

7.3.3. Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório ... 407

7.3.4. Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor ... 409

7.3.5. Execução independentemente da vontade do devedor ... 420

7.4. Títulos executivos judiciais ... 426

7.4.1. Requisitos da obrigação a executar ... 432

7.5. Liquidação da obrigação ... 434

7.6. Procedimento de cumprimento de sentença ... 441

7.6.1. Partes e terceiros ... 442

7.6.2. Competência ... 444

7.6.3. Os efeitos do início do cumprimento ... 445

7.7. Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer ... 446

7.8. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade ... 453

7.9. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa ... 455

7.10. Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa ... 458

7.11. Suspensão e extinção do cumprimento de sentença ... 498

7.12. Execuções especiais ... 500

7.12.1. Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia ... 500

7.12.2. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública ... 503

7.12.3. Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial ... 505

7.12.3.1. Ação de execução ... 505

7.12.3.2. Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia ... 510

STJ00104303

7.12.3.3. Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa ... 515

7.12.3.4. Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia ... 521

7.12.3.5. Ação de execução contra a Fazenda Pública ... 522

7.12.3.6. A defesa no processo de execução. Os embargos do executado ... 524

8. FASE RECURSAL ... 533

8.1. Recursos ... 533

8.1.1. Conceito ... 533

8.1.2. Classificação ... 535

8.1.3. Normas fundamentais ... 537

8.1.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito ... 544

8.1.5. Efeitos ... 550

8.2. Recursos em espécie ... 555

8.2.1. Apelação ... 555

8.2.2. Agravo de instrumento ... 561

8.2.3. Agravo interno ... 564

8.2.4. Embargos de declaração ... 566

8.2.5. Recurso ordinário ... 569

8.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial ... 570

8.2.7. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial ... 584

8.2.8. Embargos de divergência ... 586

9. PROCESSO NOS TRIBUNAIS ... 589

9.1. Precedentes ... 589

9.2. Ordem dos processos nos tribunais ... 598

9.3. Incidentes recursais ... 602

9.3.1. Incidente de assunção de competência ... 602

9.3.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas ... 608

9.4. Ação rescisória ... 617

10. COISA JULGADA ... 633

10.1. Conceito ... 633

STJ00104303

10.2. Limites 635

10.3. Eficácia 641

10.4. Relativização da coisa julgada 643

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 647

OBRAS DOS AUTORES 651